

GESTÃO FISCAL

Informativo

1º Quadrimestre de 2017



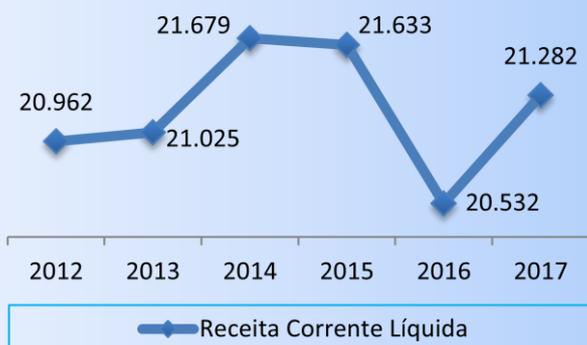
Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (maio/2016 a abril/2017), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como a dívida pública e os gastos com pessoal.

Verifica-se uma recuperação da RCL em comparação com o mesmo período do ano anterior.



*dados atualizados pelo IPCA

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

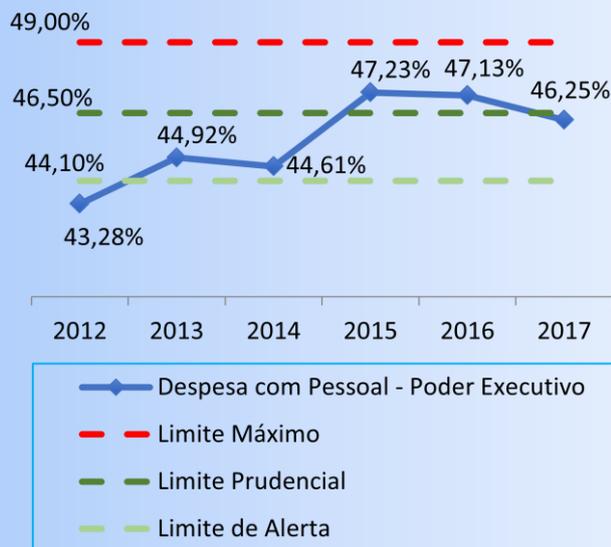
A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da federação, o limite máximo da DCL é equivalente ao dobro (200%) da Receita Corrente Líquida. O patamar pernambucano em abril de 2017 foi equivalente a 49,85%.



Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo

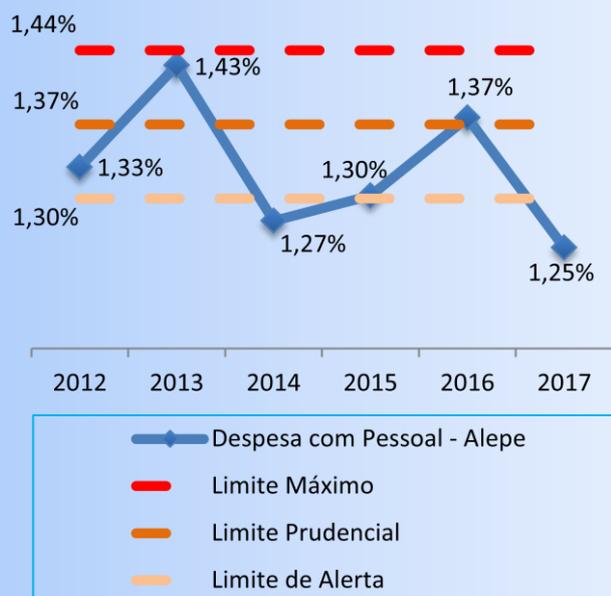
O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos.

A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta. O Poder Executivo estadual apresentou DTP abaixo do limite prudencial no 1º quadrimestre de 2017, diferentemente do que aconteceu no mesmo período de 2015 e 2016.



Despesa Total com Pessoal – Alepe

Da série histórica analisada (1º quadrimestres de 2012 a 2017), 2017 apresentou o menor índice de Despesa Total com Pessoal na Assembleia Legislativa. O indicador publicado pela Alepe está abaixo, inclusive, do limite de alerta.



Boletim Resumido de Gestão Fiscal – 1º Quadrimestre de 2017

Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

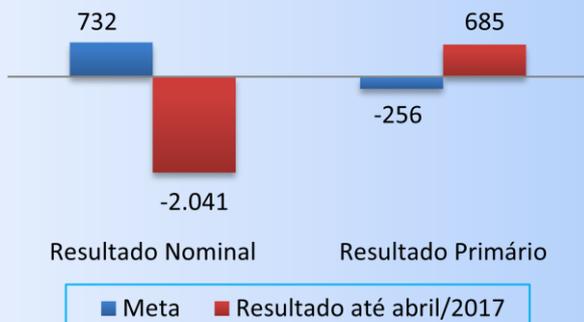


Resultado Nominal e Primário

O resultado nominal representa a variação da dívida fiscal líquida num determinado período. Nesse indicador são consideradas todas as receitas e despesas. Um resultado nominal negativo indica diminuição da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um superávit nominal, quanto menor melhor.

Já o resultado primário é um indicador que corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto os juros e amortizações da dívida). Superávits primários contribuem para a redução do estoque total da dívida fiscal líquida, quanto maior, em tese, melhor.

A verificação periódica desses indicadores serve de base para o acompanhamento da gestão financeira do Estado com fins de atingir as metas estabelecidas na LDO 2017. Os saldos dos resultados nominal e primário até abril de 2017 estão discriminados abaixo.

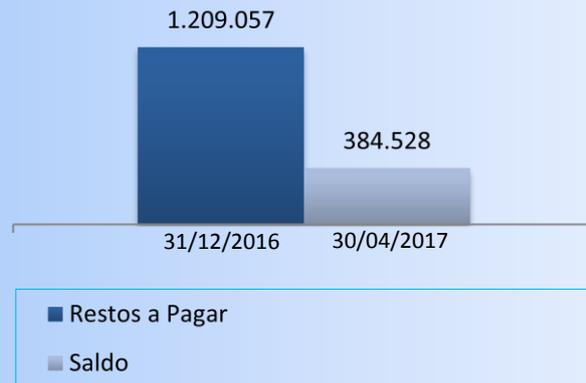


*R\$ em milhares

Restos a Pagar

De acordo com a Lei 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

No Estado de Pernambuco, em 31 de dezembro de 2016, o total de Restos a Pagar era equivalente R\$ 1,2 bilhão. Até abril de 2017, já foram pagos R\$ 816,41 milhões e cancelados mais R\$ 8,12 milhões, resultando numa dívida reconhecida de R\$ 384,53 milhões que poderá ser quitada no decorrer de 2017.



Operações de Crédito

A LRF define como operação de crédito o compromisso financeiro assumido em razão de abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Em resumo, as operações de crédito são, basicamente, empréstimos e financiamentos realizados pelo Estado.

A Resolução nº 43/2001 do Senado Federal atribuiu o limite máximo das operações de crédito no mesmo exercício financeiro. Esse limite é equivalente a 16% da Receita Corrente Líquida (RCL).

De jan-abr de 2017, as receitas de operações de crédito de Pernambuco representaram 0,18% da RCL.

